

*Francisco Alfredo Braun Neto*



## O Desejo Disciplinar: Fragmentos do cotidiano de Itajaí, no final do século XIX.

Francisco Alfredo Braun Neto<sup>1</sup>.

### Resumo

Em Itajaí, na segunda metade do século XIX, são perceptíveis práticas de disciplinamento do espaço urbano, articuladas à noção de civilidade. Esse texto procura ensejar uma discussão ainda por ser feita em Itajaí e, por isso, segue pistas e rastros que indicam um desejo disciplinar.

**Palavras-chave:** Cotidiano, Cidade, Disciplinamento.

### Abstract

In the city of Itajaí, in the second half of the XIX century is perceptible disciplinary practices in the urban spaces connected to the civility notion. This text tries to do an initial approach towards a discussion that is still to be done in Itajaí, in this sense, it attempts to reveal traces that indicate the wish for discipline.

**Word-key:** Daily, City, Discipline.

Na segunda metade do século XIX, constitui-se toda uma crença nos “benefícios” da sociedade industrial européia. Ciência e técnica tornam-se a crença possível e inadiável do “processo civilizador”<sup>2</sup>, podendo, assim, ordenar, esquadrinhar e disciplinar não só os espaços, mas o mundo.

O ímpeto civilizador permitiu que os países europeus industrializados se colocassem à frente de um projeto, onde os continentes africano e asiático foram alvo de uma prática calcada num discurso evolucionista e racalista, justificando o que conhecemos como neocolonialismo<sup>3</sup>. No entanto, esses discursos não se concentram apenas nesses continentes, mas fazem parte de

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Bernardete Ramos Flores.

<sup>2</sup> Ver: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma história dos costumes**. 2ª edição. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

<sup>3</sup> Sobre o assunto ver: HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 5ª edição. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

um projeto que tomo a liberdade de denominá-lo global. Estar em dia com a civilidade era estar em conformidade com a ciência que se constituiu como a “grande musa” do final do século XIX.

Nesse sentido, a ciência e os “homens de ciência”<sup>4</sup> tomam para si a missão de reordenar os espaços e esquadrihar os sujeitos. O outro passa a ser objeto de mensuração da Medicina, de naturalistas, de psicólogos e mesmo da Antropologia, que vai ter na Antropologia criminal um mecanismo que se articula com o discurso eugenista e racista.

O Brasil, nesse momento, procura situar-se na vanguarda desse pensamento, tendo como seu incentivador Dom. Pedro II, um imperador preocupado com a ciência, bem como em fazer ciência, e que chegou, certa vez, a afirmar: *a ciência sou eu*<sup>5</sup>. No entanto, ele vivia o seguinte dilema: como produzir ciência num país mestiço? O Império passava por um período de tensões, pois havia saído de uma guerra com o Paraguai e, desde 1850, vinha convivendo com a lei de proibição do tráfico de cativos. No entanto há, igualmente, uma efervescência de idéias que faz com que os discursos evolucionistas, positivistas e eugenistas comecem a ganhar notoriedade na esfera pública<sup>6</sup>.

Com a criação das faculdades de Medicina e de Direito na Bahia e no Rio de Janeiro, observa-se o comprometimento com a idéia de sanear o país. Além do que, a interpretação que se constrói é a de um país “mestiço” e, conseqüentemente, uma nação que precisa se fazer conhecer e entender pelos “homens de ciência”, ávidos pelo saber e pela civilização. Para esses intelectuais, um caminho possível era pensar a nação através de sua regeneração, via saneamento e eugenia. Assim, as faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia colocaram-se como o espaço deste saber, e constituíram-se em “vanguarda” dessa discussão.

Em 1865, é lançada, numa reunião, a idéia de publicar com regularidade uma revista da faculdade de Medicina baiana (*Gazeta Médica da Bahia*)<sup>7</sup>. Neste encontro, entre os presentes estava o Dr. Pacífico Pereira, que chegou a ocupar o cargo de vice-diretor da faculdade. Essa revista dedica-se, num primeiro momento, à publicação de artigos voltados ao saneamento e à higienização, utilizados como meio de fazer progredir o país. Em seguida,

<sup>4</sup> Tomo a expressão por empréstimo de: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

<sup>5</sup> Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

<sup>6</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>7</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit.

incorpora-se o discurso eugenista, que terá em Nina Rodrigues seu defensor.

Nesse contexto, em meados da década de 1880, chega ao porto de Itajaí, Pedro Ferreira e Silva, recém formado em Medicina pela faculdade da Bahia. Este jovem, ou melhor, este jovem “homem de ciência” colou grau em dezembro de 1884, aos 24 anos<sup>8</sup>. Com sua chegada, é possível articular de que maneira Itajaí vai relacionar-se com o saber médico, não só na virada do século, mas também nas primeiras décadas do século XX. Não é minha intenção desenvolver meramente uma reflexão biográfica sobre Pedro Ferreira, mas entender a sua influência nas políticas de saneamento na cidade e sua projeção na esfera pública.

Pouco se sabe sobre a vida acadêmica de Pedro Ferreira na Faculdade da Bahia, ou mesmo sobre a sua convivência com seus colegas. Porém – e aí temos um fato significativo – tem-se conhecimento de que, na mesma época, também foi aluno desta faculdade Nina Rodrigues, intelectual racalista que marcou a produção científica dessa instituição entre o final do século XIX e início do XX.

As discussões de Nina Rodrigues confundem-se com a própria produção intelectual da *Gazeta Médica*, pois títulos como: “*Raça e civilização*” (1880), “*Raça e degeneração*” (1887), “*O cruzamento racial*” (1891) e “*As raças e seus cheiros*” (1921)<sup>9</sup>; identificam, de certa maneira, a produção intelectual dessa instituição e seu comprometimento com um projeto eugenista. Percebe-se que parte desses artigos situam-se no momento em que tanto Nina Rodrigues quanto Pedro Ferreira eram alunos da faculdade da Bahia, onde provavelmente participavam ativamente desses debates. Não se sabe em que nível se estenderam suas participações nas discussões, mas, por serem contemporâneos, provavelmente trocavam opiniões e, quem sabe entre um café e outro, elaborassem interpretações sobre as raças e o saneamento, as duas correntes mais presentes na produção intelectual dessa instituição.

Pedro Ferreira parece se situar na perspectiva da saúde pública e do saneamento, o que indica uma certa divisão na produção da faculdade de Medicina, que compreendem o período de Pedro Ferreira e Nina Rodrigues. Lilia Schwarcz aponta para o fato de que os primeiros anos da *Gazeta Médica*, a maior parte dos artigos diz respeito à ‘higiene pública’<sup>10</sup>.

Nina Rodrigues, destacou-se por suas teses articulando a eugenia e a Medicina Legal, tendo-as como uma possibilidade para se entender um país

<sup>8</sup> O diploma de Pedro Ferreira encontra-se no Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>9</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit. p. 207.

<sup>10</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit. p. 204.

mestiço, onde: *Para um povo de população heterogênea como o brasileiro, a identificação craniológica das raças adquire em medicina legal uma importância máxima*<sup>11</sup>. Desse modo, é possível perceber como as idéias de Nina Rodrigues vão influenciar a Faculdade da Bahia. Suas teses se encontram afinadas com as propostas da faculdade baiana, não deixando de observar que: *Na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração*<sup>12</sup>.

Esse método de explicação, via saber médico, aliado a uma perspectiva racialista, são a tônica dos textos de Nina Rodrigues. A medicina legal era vista como o caminho mais seguro para classificar as raças que compunham o Brasil e mensurar o grau de propensão à criminalidade dos diferentes grupos étnicos, entendidos como “raças inferiores”, ou sub-raças.

No livro *Os Africanos no Brasil*, por exemplo, Nina Rodrigues, argumenta sobre a *sobrevivência psíquica da criminalidade*, afirmando que: “A sobrevivência criminal é, ao contrário, um caso especial de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem antijurídico para uns réus já deve sê-lo para outros”<sup>13</sup>. Esses exemplos dão uma noção do que propunha a Faculdade de Medicina da Bahia, bem como os debates fomentados entre 1865 até a 1920. Se olharmos para a Itajaí desse período, vamos nos deparar com práticas sociais bastante diferenciadas que ficaram, de certo modo, entregue às traças e à sorte.

No ano de 1865, Pacifico Pereira brindava com os demais colegas o projeto de lançar uma revista de cunho científico (a *Gazeta Médica da Bahia*, lançada em julho de 1866). Brindes de um lado, preocupações do outro. Era 17 de agosto de 1865, sendo mais um dia de rotina em Itajaí. Provavelmente alguns escravos de ganho dirigiam-se ao porto para ver se havia alguma novidade que lhes garantissem algum tostão, ou mesmo um trabalho extra. Neste dia, aportou em Itajaí o patacho nacional *Alice*, proveniente do Rio de Janeiro com destino à Desterro. *Alice* trazia notícias da corte, além de novidades para o comércio local, ávido pelas modas da corte, tornando-se uma possibilidade de ganho extra para escravos como Sabino<sup>14</sup>.

Enquanto escravos, vendedores e curiosos se aproximavam do patacho *Alice*, depararam-se com uma cena bastante curiosa. O capitão deixava sua

<sup>11</sup> Trecho de um artigo de Nina Rodrigues na *Gazeta Médica da Bahia* em 1902. Citado por: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Idem p. 210.

<sup>12</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Idem. p. 191.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Nina. Op. Cit. p. 273.

<sup>14</sup> No dia 02 de julho de 1921, o jornal *O Pharol* publicou uma nota de falecimento, a qual dizia ter morrido, aos 102 anos, o “preto Sabino”, que segundo a nota teria sido Sabino, cativo da família Bastos. Em 1865, ele deveria ter aproximadamente 45 anos.

embarcação em companhia de um negro e ambos dirigiram-se ao Juízo Municipal<sup>15</sup>. A cidade tinha, agora, uma novidade para alimentar as conversas e fofocas nos botequins ou armazéns. O que faria o capitão do patacho nacional em companhia de um escravo indo procurar o juiz Cezar Mello? Um escravo fugido? Teria cometido algum delito? O capitão estava vendendo um cativo seu? Algumas perguntas como essas podem ter gerado conversas e alimentado a imaginação nas praças e esquinas da cidade. Chegando ao juízo municipal, José Antonio de Souza (o capitão), encaminha a Cezar Mello um pedido para recolher à cadeia da vila o escravo Adão, que diz ser de:

“Propriedade de Custodio Pereira Saraiva, residente na capital da Província... pois tendo José Antonio, “recebido ordem do dito Saraiva para remeter para aquela capital, o mesmo escravo Adão, (...) tendo o suplicante de retirar-se para corte, e não se tenha apresentado Francisco Machado Dutra, que tem de receber o dito escravo Adão...”<sup>16</sup>”

Assim, José Antonio se vê numa encruzilhada e pretende cumprir seu compromisso com Saraiva. O que o capitão do patacho não esperava acontecer nacional é que Francisco Machado Dutra, advogado de Saraiva, fosse se atrasar. O capitão pode ter ficado atônito ao atracar no porto e não encontrar Dutra. A saída encontrada foi prática e, aos nossos olhos, assustadora: enviar um requerimento a Cezar Mello (juiz), onde pedia o seguinte:

“...requer por isso para V. sa. Se digne mandar recolher dito Adão a cadeia desta mesma vila até que o referido destas ou a sua ordem receba e tome entrega do mesmo escravo Adão dando a divida quitação.”<sup>17</sup>”

O destino de Adão está nas mãos do juiz que, sem muita burocracia, expede o seguinte mandato:

“O Carcereiro da Cadeia desta Vila ao quem suas vezes fizer, sendo este apresentado, indo por mim assinado recolha

<sup>15</sup> Ver: Processo nº 168, de 1865, que se encontra no fundo judiciário do século XIX, no Arquivo Histórico de Itajaí.

<sup>16</sup> Processo nº 168 Op. Cit.

<sup>17</sup> Processo nº 168 Idem.

a prisão o escravo de nome Adão de propriedade de Custodio Saraiva residente em Santa Catarina.

O que cumpra Itajahy em 17 de Agosto de 1865. Eu Francisco Ezequiel Tavares afirmo que o escrevi.

Cezar Mello.<sup>18</sup>

Juiz e escrivão deram uma solução ao problema de José Antonio de Souza, que certamente deve ter partido logo para a corte, a bordo do *Alice*, deixando comerciantes, curiosos e escravos de ganho como Sabino a “ver navios”. No entanto, não podemos esquecer que Adão ficou e, para ele, o problema estava apenas começando. Viria Francisco Machado Dutra buscá-lo? E se Custodio Saraiva não o mandasse buscar?

Seguindo pistas e rastros vamos encontrar, ainda em 17 de agosto, Adão já recolhido à cadeia onde Manoel Lopes da Silveira, o carcereiro, passou a tê-lo como prisioneiro. Após dois dias, período durante o qual Adão talvez tenha tido que ouvir os lamentos de Lopes da Silveira, ou saciar suas curiosidades em relação ao Rio de Janeiro e as “maravilhas da corte”, finalmente Dutra, advogado de Saraiva, chegou a Itajaí e dirige-se a cadeia. Dutra pede um alvará de soltura para Adão e isso só se dá com a prévia indenização ao carcereiro. Assim, Adão ganha a “liberdade” ocasional, pois aumenta sua dívida com Saraiva, o qual já informava, na carta enviada a José Antonio de Souza, a situação de seu cativo:

“...para vir dar conta de si do dinheiro que tem ganho de 5 mês a esta data que, aqui tem muito serviço para ele (...) fará o favor de fazer ver essa carta ao mesmo Adão para que não duvide do contrario será pior para ele se der boas contas voltará para lá.<sup>19</sup>”

Adão provavelmente seguiu, confuso, para Desterro, não sabendo se seria melhor continuar trabalhando para Saraiva, ou ficar ouvindo os lamentos de Manoel Lopes da Silveira. Uma certeza ele tinha, em Desterro estaria na rua e a possibilidade de ganho e de liberdade poderia ser maior.

A passagem de Adão por Itajaí pode indicar caminhos para que possamos entender esta cidade na segunda metade do século XIX. Uma cidade que, nas últimas décadas deste século, vai procurar ordenar e disciplinar o seu

<sup>18</sup> Processo nº 168 Idem Ibidem.

<sup>19</sup> Trecho da carta enviada por Custódio Pereira Saraiva (proprietário de Adão) a José Antonio de Souza (capitão do patacho *Alice*). Carta anexada ao processo nº 168.

espaço urbano, querendo civilizar-se, não só no que diz respeito a uma etiqueta da corte, mas com disciplinamento das condutas públicas, disciplinamento esse ligado ao desejo de ordenar as práticas sociais.

Entender Itajaí do final do século XIX requer um certo esforço em unir os pedaços de uma história escondida entre o mofo e as traças do arquivo. Mesmo assim, essa espécie de “escavação” permite encontrar alguns “artefatos” que possibilitam reelaborar um fragmento da história da cidade. No entanto, esta cidade reserva-nos algumas surpresas, pois se por um lado existe o desejo de “civilizar-se”, por outro, ela tem que lidar com práticas sociais que contradizem esses discursos que começam a se constituir. Mesmo porque, aqueles que fazem parte da esfera pública já se percebem numa “missão” voltada para ordenar as condutas e hábitos daqueles que fazem uso do espaço urbano. Inúmeros exemplos, colhidos em arquivos de Itajaí, permitem reelaborar fragmentos do cotidiano da cidade. Em dezembro de 1883, num final de tarde - deveria estar fazendo calor - Antonio da Silva Valle, fiscal da Câmara Municipal, ao encaminhar-se para a fiscalização da fonte pública, depara-se com Manoel Paulo que:

“...estava praticando atos que ofendiam a conservação do mesmo paço e limpeza da água, fui por este injuriado nas minhas funções publicas, com as palavras de safado, canalha, vagabundo, filho da puta e adúlador ...<sup>20</sup>”

Manoel Paulo foi indiciado pela Câmara Municipal e não se sabe o desfecho dessa autuação. Apenas pode-se imaginar que seu sogro (Gregório Joaquim Coelho) tenha intervindo a seu favor, pois era citado na autuação por Antonio da Silva Valle.

Práticas sociais permitem entrever como, nas últimas décadas do século XIX, está presente em Itajaí um discurso disciplinar, ou mesmo a tentativa de colocar em prática a ordenação das condutas e comportamentos. Para aqueles que tomaram frente nesse processo contínuo de disciplinarização dos sujeitos e da vida urbana, o uso que se fazia do espaço urbano estava situado muito aquém do que se desejava. Isso fica perceptível quando é elaborado um projeto de criação das posturas municipais, nas quais encontramos restrições a animais soltos nas ruas, passagem de tropas de gado etc. Já o Código de Posturas, provavelmente concluído no final da década de oitenta ou início de noventa, reforça essas preocupações. O artigo

<sup>20</sup> Fundo da Câmara Municipal de Itajaí. Correspondências expedidas, 1883. Arquivo Histórico de Itajaí.

67 do código de posturas diz:

“Nas ruas, praças, praias é proibido:  
 1º- Trazer grãos para secar gêneros;  
 2º- Estabelecer ou conservar tabuleiros, varais, esteiras...;  
 3º- Armar tendas ou estabelecer nas praias carro no solo sem licença do Governo municipal.<sup>21</sup>”

Essas posturas indicam não apenas o desejo de reordenar os espaços de sociabilidade, como também de instaurar políticas de higiene pública na cidade, como se percebe na Sessão da Câmara Municipal, em 30 de setembro de 1887:

“Constando que ultimamente os açougueiros têm exposto ao consumo publico desta cidade carnes de gado magros e adoentados, requer que, tendo o atual Delegado de Higiene se prontificado a coajudar esta Câmara nas medidas (...) que fosse necessário tomar, se pensa ao mesmo para examinar o gado ou açougues, destes examinando-se ao fiscal para não consentir que os ditos açougueiros exponham ainda as carnes sem que mostrem com certificado Delegado estar a dita carne em condições satisfatória.<sup>22</sup>”

Dentro desse turbilhão de acontecimentos, o espaço urbano conta com mais um detalhe que compõe o cotidiano da cidade, ocupado por escravos de ganho, além de outros provenientes das cidades vizinhas. Esses cativos podem ser vistos como ativos na medida em que criam táticas<sup>23</sup> para aumentar seus ganhos ou mesmo poder participar de uma “briga de galos”, com uma aposta um pouco maior.

Em 1882, Guilherme Asseburg, ocupando a presidência da “Junta de Classificação de Escravos”, enviara carta ao Sr. Bernardino da Silva Ramos, pois requeria a presença de:

“...sua escrava de nome Anna a fim de esclarece do que

<sup>21</sup> Fundo da Câmara Municipal de Itajaí, Correspondências expedidas, caixa 02, livro 09, 1894.

<sup>22</sup> Fundo da Câmara Municipal de Itajaí, Correspondências expedidas, caixa 02, documento 07, 1887.

<sup>23</sup> Ver: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: as artes de fazer*. 2ª edição. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis RJ: Vozes, 1996.

souber, relativamente a um pecúlio que ela tem nesta cidade depositada em mãos de particulares<sup>24</sup>. ”

Infelizmente, não encontrei mais Anna nos arquivos da Câmara Municipal, pois talvez Bernardino não tenha dado importância ao chamado da Junta, ou pode até ter dito que já havia recebido o pecúlio de Anna a fim de garantir a posse de sua cativa, visto que, se sofresse alguma penalidade, Bernardino teria “prejuízo”<sup>25</sup>. Especulações à parte, o que se pode perceber é que Itajaí, no final do século XIX, vive uma tensão, ou mesmo um certo “mal-estar” gerados pela tentativa de disciplinar a cidade e forjar um hábito de civilidade, ao mesmo tempo em que tinha de conviver com a escravidão e com a “desordem” do uso do espaço público.

Em 1882, um fato ocorrido parece bastante interessante para alçarmos algumas pistas que ajudem a entender esse incômodo provocado entre aqueles que se colocavam enquanto elite em Itajaí. Era 30 de março, mal iniciara outono de 1882 e Guilherme Asseburg, nas atribuições de presidente da Câmara Municipal de Itajaí, foi tomado por uma notícia que provavelmente o assustou muito. Ele recebeu a informação de que haveria casos de varíola na cidade, a qual, certamente, não estava preparada para tal doença. Dessa forma, ncaminhou o seguinte pedido para o presidente da província:

“Aparecendo casos de varíola na colônia Itajahy, solicita a V. Exia. Se digne mandar pelo primeiro vapor vacina, a fim de preservar a população deste município do contágio.”<sup>26</sup>

Essa correspondência denota, no mínimo, uma grande preocupação com o efeito de uma epidemia de varíola<sup>27</sup> na cidade. Além do que, o imaginário no qual essas doenças estavam envoltas produziram representações que adentraram o século XX. Mesmo com toda essa preocupação, as epidemias pareciam mesmo rondar Itajaí e região. Ainda em 1882, mais precisamente no mês de agosto, a Câmara Municipal informa ao presidente da província sobre uma epidemia de bexigas em Blumenau, sugerindo a vinda de vacinas com urgência. Dois anos depois, no mês da primavera, a varíola volta a “passar” pela cidade, onde mais uma vez a Câmara recorreu à capital da

<sup>24</sup> Fundo da câmara Municipal de Itajaí, correspondências expedidas, caixa 01, 1882.

<sup>25</sup> Ver sobre o assunto: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

<sup>26</sup> Fundo da Câmara Municipal de Itajaí, Correspondências expedidas, caixa 01, 1882.

<sup>27</sup> Para uma reflexão mais aprofundada sobre as epidemias na segunda metade do século XIX, ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

provincia.

“Dão-se casos de varíola nessa cidade. Solicito a V. Exia. Expedição de ordens para evitar o contágio assim, como remessa urgente de pus vacinio para vacinação. Deve aqui o Dr. Felício Rocha, que pode ser incumbido de todos os serviços.

Itajahy, 09 de setembro de 1884.<sup>28</sup>”

Não sei qual o desempenho do Dr. Felício, nem mesmo sei informar se a vacina chegou a Itajaí, o que provavelmente deve ter ocorrido. O curioso é que, em 1884, na Faculdade de Medicina da Bahia, Pedro Ferreira e Silva colou grau, passando a ter, em 1885, seu diploma de Medicina.

Veja, Pedro Ferreira voltou. Se você supôs que, por negligência, eu o teria esquecido entre um parágrafo e outro, enganou-se. Não poderia ter esquecido de um “homem de ciência” tão emblemático, que veio estabelecer residência em Itajaí, em 1886, quem sabe talvez em busca de “melhores oportunidades” para um médico recém formado, em 1886. A falta de indícios que apontem os motivos da transferência de Pedro Ferreira para Itajaí, faz com que pensemos que ele busque encontrar aí um espaço para suas aspirações médicas e políticas.

Como vimos, a cidade era desejada como espaço disciplinar, onde as condutas em público estavam se tornando alvo de discursos, envoltos por signos de civilidade. No entanto, esse desejo de civilização chocava-se com um cotidiano “enfermo”, pois conviviam-se com práticas sociais que escapavam ao instituído como ideal. É nessa Itajaí que Pedro Ferreira, após sua chegada, parece se tornar o “remédio” para todos os males da cidade, já que o emblema de homem de ciência lhe conferiu um valor que o possibilitou circular em espaços de distinção na vida pública da cidade.

Logo ele começa a organizar-se nesse espaço. Casa-se, de acordo com as memórias de Juvetino Linhares, com uma moça pertencente à família Stein, de “origem teuta”. Nesse momento, podemos levantar um ponto bastante interessante. Esse jovem médico não se enquadrava num ideal étnico, eurocêntrico. Juvetino Linhares assim o classificou: “Homem de estatura mediana, magro, levemente calvo, de tez morena, do moreno peculiar aos naturais do Estado da Bahia, sua terra natal...”<sup>29</sup> Esse ponto já suscita várias possibilidades de interpretação, sendo Pedro Ferreira representado como

<sup>28</sup> Fundo da Câmara Municipal de Itajaí, correspondências expedidas, caixa 02, 1884.

<sup>29</sup> LINHARES, Juvetino. **O que a Memória Guardou**. Itajaí: Editora da Univali, 1997, p. 128.

moreno e, por isso, detentor de uma certa “naturalidade”, referindo-se a seu Estado natal. Essa leitura pode apontar para um certo determinismo geográfico, bastante usual nas primeiras décadas do século. Mesmo assim, o status de médico, e a apropriação de signos da ciência, parece ter “abrandado” essa questão, invisibilizando o conflito racial, possibilitando que Ferreira ocupasse um espaço entre as “elites” da cidade.

O saber médico forjou, de certa maneira, um outro signo para Pedro Ferreira. Para os habitantes da cidade, agora se podia contar com um médico, graduado numa das melhores escolas de medicina do país, o qual ainda casou-se com uma jovem da família Stein<sup>30</sup>. Pode-se dizer que isso representou um ganho simbólico, instituindo em Itajaí uma outra discursividade, podendo agora a cidade credenciar-se às novas práticas de higienização e urbanização.

Pedro Ferreira persegue uma trajetória na qual, através da sua condição de médico, acabou abrindo um caminho para a esfera política. Não é em vão que exerceu a presidência da Câmara Municipal, a Intendência Municipal, sendo, ainda, deputado estadual e federal. É nesse espaço que ele vai circular até sua morte, em 1911.

Nesse sentido, pode-se observar como algumas práticas, que indicam uma determinada apropriação do discurso científico em Itajaí, vão desencadear ações que visavam ordenar a cidade e embelezá-la. Um exemplo disso é a criação, em 1903, do Centro Aformoseador de Itajahy, que visava:

“...promover o embelezamento desta cidade, concorrendo para que se conservem bem cuidados as ruas, praças, e praias, tratando da formação de avenidas e de novas ruas e praças arborizando umas e outras enfim empregando quaisquer meios de embelezamento de conformidade com os recursos sociais.”<sup>31</sup>

Percebe-se, dessa forma, o desencadear de práticas discursivas, imbricadas aos investimentos destinados à constituição de novos espaços de sociabilidade, bem como novos códigos de conduta e comportamento no espaço urbano. Itajaí estava sintonizada com as reformas promovidas, no Rio de Janeiro, por Pereira Passos, com quem, provavelmente, Pedro Ferreira e Lauro Müller mantinham contato. Este último, um positivista, tendo em vista o seu contato com Benjamim Constant, e por ser engenheiro, foi responsável pela reforma do porto do Rio<sup>32</sup>.

<sup>30</sup> LINHARES, Juventino. Op. Cit. P. 128.

<sup>31</sup> Estatutos do Centro Aformoseador de Itajahy. Jornal *Novidades*. Itajaí, 04/09/04, P. 03.

<sup>32</sup> Ver: SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 03, São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 07 a 48.

Provavelmente esse diálogo entre Lauro Müller e Pedro Ferreira tenha ocorrido. Ferreira, pela fala de Juvelino Linhares, parece preocupar-se muito com o desenvolvimento das obras públicas na cidade. Isso fica claro a partir das colocações de Juventino ao lembrar-se do referido médico: “Parece-me vê-lo ainda hoje, percorrendo as ruas da cidade nos seus dias de administrador e nas horas disponíveis, observando a conservação das ruas, revistando as obras que iam sendo executadas, dentro do seu passo vagaroso e metódico...”<sup>33</sup>

Isso possibilita entender como Itajaí vai se inscrevendo dentro de uma discursividade, onde ela própria está sendo escrita pelas estratégias do olhar médico sobre a cidade<sup>34</sup>. Seu passo pode ser vagaroso e metódico, talvez uma boa metáfora para indicar um desejo de disciplinar os espaços e os corpos, que agora parecem estar nos trilhos da “civilização”, pois a Itajaí pertence um “homem de ciência”.

A trajetória de Pedro Ferreira acaba confundindo-se com seu tempo. O desejo de civilidade e de saneamento de um país mestiço constitui-se um dos caminhos para se fazer do Brasil uma nação próxima ao ideal de perfectibilidade do final do século XIX e início do XX. Isso também se materializa no empenho, por parte das elites políticas e intelectuais, em apropriar-se de um projeto de modernidade para o país<sup>35</sup>.

Com isso, Itajaí começa a delinear os primeiros investimentos sobre o disciplinamento das condutas e do espaço urbano, onde uma elite política, que está se constituindo, se esforça em se sintonizar com o que está circulando nos centros urbanos como Rio de Janeiro, fazendo com que as representações em torno da cidade sejam pensadas como uma possibilidade de sintonizar a cidade a essa ordem discursiva. São os “sonhos” de uma elite política tentando imprimir nas ruas, praças, e no próprio corpo, suas angústias e desejos.

<sup>33</sup> LINHARES, Juventino. Op. Cit. p. 129.

<sup>34</sup> CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

<sup>35</sup> Ver: HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.